

‘Economia monetária ou ‘economia capitalista’? Marx e Keynes sobre a natureza do capitalismo

Claus M. Germer

Professor do departamento de Economia Universidade Federal do Paraná

Introdução

A teoria de Marx sobre o capitalismo, analogamente a outras teorias de relevância reconhecida, tem sido submetida às mais variadas e contraditórias interpretações, tanto pelos seus seguidores quanto pelos de teorias concorrentes. Tais interpretações aparecem em abordagens de sentidos diferentes, frequentemente opostos. Em alguns casos servem ao objetivo de demonstrar a validade do sistema de Marx e desenvolvê-lo, em outros servem de fundamento para fazer-lhe a crítica a partir de sistemas teóricos concorrentes. Por outro lado, no caso das teorias sociais, a sua contínua reinterpretação é necessária tanto para a sua aplicação à análise da realidade dinâmica à qual se refere, quanto para o desenvolvimento da própria teoria. Quando feita por críticos, ela integra o processo de confronto entre teorias rivais. Deve-se notar que este confronto nem sempre se expressa como contestação aberta dos princípios ou conceitos de uma teoria pela outra, mas pode assumir a forma mais sutil de neutralização aparentemente benigna de uma pela outra. Em outras palavras, os praticantes de uma teoria podem estar em condições de reinterpretar os princípios da teoria rival de modo a descaracterizá-la enquanto teoria independente e incorporá-la parcialmente à sua própria teoria. Isto parece ter sido, a crer nos autores pós-keynesianos, o que ocorreu com a teoria de Keynes, reinterpretada pela corrente neoclássica dominante, na fusão conhecida como ‘síntese neoclássica’¹.

Atualmente ocorre algo semelhante em relação à teoria de Marx, através da iniciativa de autores pós-keynesianos e mesmo marxistas, que sugerem a existência de significativas afinidades entre as teorias de Keynes e Marx. As iniciativas de aproximação têm consistido, mais frequentemente, na tentativa de assimilar conceitos de Marx a conceitos mais ou menos correspondentes de Keynes, distorcendo -

mesmo que involuntariamente - os significados originais dos conceitos marxistas e neutralizando ou omitindo os seus aspectos incompatíveis com a teoria keynesiana. Não há, portanto, uma síntese teórica, isto é, a combinação de conceitos de ambas as teorias na estrutura de uma delas, como no caso da síntese neoclássica, devido ao contraste marcante entre os pressupostos fundantes dos dois paradigmas. O resultado mais aparente é a descaracterização da teoria de Marx e a redução deste autor ao papel de precursor menor de Keynes. Nada há a objetar a tais iniciativas quando partem de autores keynesianos, pois desempenham um papel legítimo na disputa teórica, mas é curioso que autores que seguem a teoria de Marx emprestem apoio, frequentemente exagerado, a tais deformações desta teoria. Fariam melhor, neste caso, se seguissem o exemplo dos autores pós-keynesianos, no empenho com que estes procuram afirmar e fortalecer a autonomia epistemológica da teoria formulada por Keynes, opondo-se tenazmente a toda tentativa de descaracterizá-la e absorvê-la em paradigmas teóricos concorrentes.

A sutileza, nem sempre desprovida de malícia, que percorre o confronto entre paradigmas teóricos concorrentes, pode ser ilustrada pela sempre utilizada manipulação, entre autores de teorias concorrentes, de citações de autores rivais retiradas do contexto, a fim de fazer crer que estes concordam com o seu argumento. Mesmo um autor da estatura de Minsky, por exemplo, recorre a este estratagema, ao procurar apoio no marxista Sweezy para superdimensionar os aspectos, que considera revolucionários, da TG. Diz Minsky: “Keynes ofereceu uma opção alternativa à teorização estéril e às conclusões pessimistas tanto dos economistas ortodoxos quanto dos marxistas. Colocou a economia ‘novamente em contato com o mundo real’ (Sweezy, John Maynard Keynes)” (Minsky, 1975, p. 19, grifos acrescentados). A passagem citada induz a crer, de modo sutil, que Sweezy, marxista,

também atribui a Keynes desenvolvimentos teóricos não apenas em relação à teoria neoclássica, especificamente, mas em relação à teoria econômica em termos gerais. Ou seja, Keynes teria superado teoricamente o próprio Marx. Entretanto, o sentido da argumentação de Sweezy é o oposto. A citação acima foi retirada da seguinte passagem: "Sua missão [de Keynes - CMG] foi de *reformular a teoria econômica neoclássica*, colocando-a novamente em contato com o mundo real, do qual se havia progressivamente afastado" (Sweezy, 1968, p. 81, grifos acrescentados). Está claro que Sweezy se refere ao fato de que a contribuição de Keynes tornava a *teoria neoclássica* menos irrealista, e não a teoria econômica como um todo, e menos ainda a marxista. No seu artigo Sweezy procura demonstrar que, se "é justo", por um lado, "reconhecer as contribuições keynesianas", por outro lado, "não é menos essencial reconhecer as suas limitações" (Ibidem, p. 88). Tais limitações consistem, por um lado, no fato de que algumas das descobertas mais importantes de Keynes eram "postulados perfeitamente aceitos por economistas socialistas pelo menos uma geração antes que Keynes começasse a escrever" e, por outro lado, no fato "de que muitos dos problemas mais vitais do sistema capitalista foram completamente ignorados na *General Theory*" (Ibidem, p. 85-6). Portanto, ao contrário do que Minsky sugere, maliciosamente, Sweezy não faz a mais remota insinuação no sentido de que a teoria de Marx tenha sido superada pela de Keynes.

Por outro lado, deve-se reconhecer que existe uma tendenciosidade natural, não premeditada, quando um autor filiado a um paradigma teórico lê, mesmo com predisposição benevolente, a exposição de um paradigma teórico divergente do seu, mesmo que o autor tenha consciência disto. A leitura converte-se facilmente em uma reinterpretação dos textos lidos, segundo a teoria seguida pelo leitor. Um texto de Rotheim², comentando favoravelmente citações de Marx em uma comparação com Keynes, é ilustrativo, pois o autor supõe, contra a evidência clara do texto que lê, que Marx, tal como Keynes, dá ênfase à transição da economia de troca direta para a mercantil simples, quando Marx se concentra na transição desta última para a economia capitalista. Ao final do artigo Rotheim, imaginando defender Marx contra seus críticos neoclássicos, afirma significativamente que "a relevância da teoria de Marx é que ele supera todas as outras dentro da tradição clássica porque desenvolve uma teoria da produção de 'mercadorias'" (Ibidem,

p. 260), quando a obra de Marx trata da economia produtora de capital, e não de simples mercadorias, focalizada por ele na análise da economia mercantil simples.

O presente artigo aborda o processo de deformação ou neutralização de um conceito marxista fundamental, que é o de 'economia capitalista' ou 'modo de produção capitalista', e a tentativa de assimilá-lo ao conceito keynesiano de 'economia monetária'. Tornou-se habitual, tanto entre autores pós-keynesianos quanto em alguns marxistas, a noção de que as teorias de Marx e de Keynes se identificariam como 'teorias monetárias da produção', devido à relevância - supostamente idêntica - que ambas concederiam ao dinheiro. Deve-se notar que se atribui à teoria de Marx uma associação a um conceito formulado por Keynes e não o contrário, e geralmente sequer se discute se Marx possui um conceito alternativo correspondente e de que maneira este, caso a sua existência fosse mencionada, se relacionaria ao de Keynes. O mesmo processo ocorre com outros conceitos relevantes, que serão sumariamente mencionados.

O objetivo do presente artigo é demonstrar a improcedência da suposição de que os conceitos de 'economia monetária', de Keynes, e 'economia capitalista', de Marx, possam ser equiparados. Não será possível desenvolver em detalhe as definições dos dois autores e compará-las. O procedimento será principalmente de demonstrar que, no sistema teórico de Marx, o conceito de 'economia capitalista' é explicitamente distinto e irreduzível ao conceito de 'economia monetária'.

Para abreviar o texto, as obras principais serão referidas abreviadamente: TG a *Teoria Geral*, de Keynes; OC e DK para as edições brasileira e alemã, respectivamente, de *O Capital*, de Marx, neste caso seguidos da indicação do livro, em algarismos romanos.

A difusão do equívoco teórico

Um dos primeiros autores a apontar coincidências conceituais entre as teorias de Marx e Keynes parece ter sido Fan-Hung, em artigo publicado no *The Review of Economic Studies*, de outubro de 1939, segundo o qual "Keynes veio a ocupar ... um grande terreno em comum com Marx" (Fan-Hung, p. 111). A leitura do artigo mostra que o autor consegue apontar tais coincidências procedendo precisamente do modo apontado acima, ou seja, através da assimilação dos

conceitos de Marx aos de Keynes, omitindo as características dos conceitos de Marx que diferem dos correspondentes conceitos de Keynes. Dois exemplos ilustram o seu procedimento. No primeiro, o autor afirma que as explicações de Marx e Keynes para a tendência de queda da taxa de lucro são parecidas, mas para demonstrá-lo simplifica o argumento de Marx aproximando-o do de Keynes, isto é, relacionando a queda dos rendimentos dos bens de capital ao aumento do seu volume, que para Keynes é redução da sua escassez, o que o autor também não esclarece (Fan-Hung, p. 119). Porém, a chamada 'lei da tendência', de Marx, é de outra natureza e se fundamenta em bases teóricas totalmente distintas, que Fan-Hung omite.

O segundo exemplo refere-se à taxa de juros que, segundo Fan-Hung, é explicada de modo idêntico por Marx e Keynes. Mas, para chegar a esta conclusão, o autor reduz a explicação de Marx à de Keynes, isto é, do juro como um fenómeno exclusivamente monetário (Ibidem, p. 123), quando em Marx ele é um fenómeno eminentemente do capital. Neste caso, Fan Hung parece ter sido pioneiro de uma suposição equivocada que se propagou entre autores pós-keynesianos e alguns marxistas, que continuam a repeti-la irrefletidamente.

O procedimento ilustrado pelo texto de Fan-Hung, é adotado pelos autores que procuram identificar as definições de Keynes e Marx sobre a natureza do sistema económico em que vivemos. Assim, Dillard afirma que "os princípios económicos de Keynes e Marx podem ser apropriadamente descritos como *teorias monetárias da produção*" (Dillard³, 1991, p. 208, grifos acrescentados), mas o autor não apresenta argumentos convincentes em apoio à sua tese, cuja inconsistência evidencia-se imediatamente quando ele menciona, para ilustrar a postulada identidade entre os dois autores, o capítulo 17 da TG e o capítulo I, seção 3, do livro I de OC (Ibidem, p. 208), dando a entender que as exposições dos dois textos seriam teoricamente aparentadas. Mas elas são, ao contrário, totalmente distintas, bastando mencionar que Keynes, no capítulo citado, aborda o dinheiro no capitalismo desenvolvido, abstraindo a sua gênese e concentrando-se na definição da natureza da taxa de juros e suas implicações, enquanto o texto de Marx analisa a gênese do dinheiro nas condições da circulação simples de mercadorias, abstraindo a relação-capital, e nem sequer menciona as características do dinheiro no capitalismo e a taxa de juros, temas que ele focaliza

principalmente no Livro 3 de O Capital. Os dois textos não fornecem, portanto, qualquer elemento para a comparação entre as teorias dos dois autores sobre o dinheiro no capitalismo ou sobre a natureza do capitalismo.

Finalmente, Dillard não se constringe em postular que "a teoria do valor-trabalho é outra doutrina compartilhada por Marx e Keynes" (Ibidem, p. 215), apoiando-se em uma citação da TG que nada tem a ver com a teoria do valor de Marx⁴. Keynes adota explicitamente, como teoria do valor, a teoria subjetiva neoclássica dos preços, baseada na escassez relativa dos bens e na utilidade marginal. Burkett, em crítica penetrante a estas opiniões de Dillard, demonstra a inexistência de afinidade entre as teorias do valor de Marx e Keynes, e conclui, sensatamente, que "os diferentes conceitos de valor utilizados por Keynes ... e Marx ... devem gerar diferenças nas 'teorias monetárias da produção' de ambos, cuja identificação é postulada por Dillard (Burkett, p. 624-5). O autor assinala que "Dillard ignora algumas diferenças cruciais entre o conceito de valor utilizado por Keynes e a teoria do valor de Marx" (Ibidem, p. 623), pois "Keynes efetivamente endossou a validade da teoria neoclássica da produtividade marginal da produção e da distribuição" (Ibidem, p. 625).

Sardoni, ao concluir sua análise comparativa das críticas de Marx e Keynes à lei de Say, chega a conclusões idênticas às de Dillard, afirmando que "as suas [de Marx e Keynes - CMG] definições das características fundamentais de uma economia capitalista são também muito próximas" (Sardoni, 1991, p. 232). Embora utilize a expressão economia 'capitalista', refere-se basicamente ao papel atribuído por Keynes ao dinheiro. O procedimento de Sardoni ilustra uma atitude comum a outros autores, que utilizam os termos economia 'monetária' e 'capitalista' como se fossem sinónimos, aparentemente não se dando conta de que implicitamente confundem o dinheiro e o capital em uma categoria única.

A interpretação da teoria de Marx sobre o dinheiro, elaborada por De Brunhoff (1978a), também é perceptivelmente influenciada pela teoria de Keynes e incorre no mesmo equívoco dos autores anteriores, principalmente ao atribuir ao conceito de dinheiro⁵ no capitalismo, tal como elaborado por Marx, afinidades inexistentes em relação ao conceito de Keynes. A influência keynesiana está presente, em primeiro lugar, na sua concepção do dinheiro como elemento dominante na economia capitalista, e se

reflete na utilização de uma terminologia keynesiana, referente ao papel do dinheiro, que não tem correspondência direta na teoria de Marx, especialmente o conceito de 'economia monetária' e expressões associadas a ele⁶.

Vercelli, autor que tem se destacado na versão 'pós-keynesiana' da teoria de Keynes, procede de modo idêntico aos autores anteriores, ao apontar um "elemento crucial de heterodoxia comum a Keynes, Schumpeter e Marx: o conceito de instabilidade de uma economia monetária" (Vercelli, p. 279, grifos acrescentados), com o que também identifica o conceito marxista de 'economia capitalista' ao conceito keynesiano de 'economia monetária'. Vercelli postula a existência de uma 'idéia básica comum' aos três autores: de que "o sistema econômico capitalista é estruturalmente instável e a principal explicação disto situa-se nas propriedades do dinheiro e do crédito" (Ibidem, p. 280), omitindo o que é fundamental em Marx, que são as propriedades do capital, que não se confunde com o dinheiro. Embora Vercelli reconheça diferenças de 'visão' entre estes autores, ele reduz a discussão do tema ao enfoque 'monetário' de Keynes, ignorando o enfoque do 'capital', adotado por Marx.

Moore (1991) procedeu de modo ainda mais curioso, pois o título e a introdução do seu artigo insinuam algo que não é demonstrado no texto, isto é, de que Marx e Keynes coincidem em conceituar a taxa de juros como um 'fenômeno monetário' e a economia atual como uma 'economia monetária'. Moore promete apresentar "uma formulação sintética de como quatro economistas dos mais importantes - Marx, Keynes, Kalecki e Kaldor - procuraram formular as diferenças entre uma economia de troca direta e uma economia monetária da produção, com referência principal às suas percepções de que as taxas de juros deveriam ser explicadas como um fenômeno antes 'monetário' do que 'real' " (Moore, p. 226, grifos acrescentados). Moore, porém, não discute as abordagens dos quatro autores sobre a 'economia monetária da produção', parecendo crer que a presunção de serem idênticas não necessita de demonstração.

O artigo de Moore adota outra opinião comum a vários autores que abordam a teoria de Marx sobre o dinheiro e o crédito, que consiste em subestimar o grau de abrangência ou profundidade dado por Marx a esta parte da sua teoria, com base no fato de não

lhe ter dado uma redação final para publicação. Assim, Moore segue uma opinião bastante difundida ao lembrar que esta parte do Livro III de O Capital "foi composta por Engels a partir de uma 'massa desordenada de notas, comentários e extratos', e não de um texto terminado" (Ibidem, p. 227, citando o prefácio de Engels ao Livro III de O Capital, em edição inglesa), e com base nisto conclui que "Marx infelizmente nunca completou a sua análise formal do crédito e do sistema de crédito". Os autores que repetem esta avaliação geralmente não percebem que Engels se refere à inexistência de um *texto final para publicação*, e não à inexistência de um *enfoque teórico* sobre o dinheiro de crédito e o crédito. De fato, pode-se demonstrar que Marx elaborou uma teoria sofisticada e consistente sobre o dinheiro e o crédito no capitalismo, apenas não lhe tendo sido possível dar à sua teoria uma redação final para publicação, que dificulta a apreensão desta teoria em sua configuração completa, mas não a impede⁷. Não há nenhum sentido no qual se possa dizer que a elaboração teórica de Marx, a este respeito, fique a dever à de Keynes, quer em abrangência, quer em profundidade.

Carvalho procede de modo semelhante aos autores citados: "Marx, como Keynes, recusou a dicotomia *real x monetário* e lançou as bases para uma teoria monetária bastante similar à de Keynes, hoje revivida pelos pós-keynesianos" (Carvalho, 1986, p. 6). A tentativa, feita por este autor, de definir com maior rigor o conceito de 'economia monetária' de Keynes, contribui para dar destaque ao que o diferencia do conceito de 'economia capitalista', de Marx, pois entre as características apontadas por Carvalho não aparece a que é fundamental em Marx, isto é, a relação de troca entre o capital e o trabalho (Carvalho, 1989, p. 182).

'Economia monetária' e 'economia capitalista', distinção teórica

Nesta seção expõe-se os argumentos que permitem afirmar que o conceito marxista de 'modo de produção capitalista' não é idêntico ao conceito keynesiano de 'economia monetária' e que, consequentemente, não se pode equiparar as concepções dos dois autores sob o conceito keynesiano de 'economia monetária'. Os dois conceitos referem-se ao mesmo objeto, a economia capitalista, mas a concebem diferentemente e a retratam teoricamente de modos distintos.

Deve-se notar em primeiro lugar que, nesta

equiparação aparentemente sem maiores consequências, omite-se sem justificativa o conceito de economia 'capitalista', ou mais precisamente 'modo de produção capitalista', com o qual Marx designa a economia baseada no capital, em favor do conceito de Keynes, para quem a 'economia em que realmente vivemos' deve ser designada pela expressão 'economia monetária', por tratar-se de uma economia baseada no dinheiro, cuja compreensão requeria uma correspondente 'teoria monetária da produção'. A identificação de Marx e Keynes no conceito de 'economia monetária' implica reduzir a teoria de Marx à de Keynes, e requer que se admita que o capital, como categoria da realidade e como conceito, confunde-se com o dinheiro, ou que o dinheiro é uma categoria superior ao capital.

Assim sendo, para avaliar a natureza da relação entre as duas teorias, é decisivo identificar as definições que os dois autores dão ao dinheiro e ao capital. Não se trata, portanto, de discutir uma preferência semântica por um ou outro termo. O que se deseja demonstrar é que os dois termos designam concepções teóricas distintas sobre a natureza desta economia, não podendo portanto ser equiparados.

A abordagem de Marx

A tentativa de equiparar as categorias 'capitalista' e 'monetária', utilizadas por Marx e Keynes, respectivamente, para caracterizar a economia atual, revela em primeiro lugar desconhecimento da teoria de Marx e do que a distingue da teoria de Keynes. Consequentemente, tal equiparação traduz um procedimento teórico deficiente em rigor, mais condenável nos autores marxistas do que nos keynesianos, embora igualmente lamentável em ambos. Para demonstrá-lo, faz-se inicialmente uma sintética exposição da estrutura conceitual básica de Marx a respeito do assunto.

O inaceitável da equiparação entre os dois termos, do ponto de vista da teoria de Marx, torna-se evidente tão logo se constate o esforço realizado por Marx precisamente para diferenciar os conceitos de dinheiro e de capital. Assim, a sua primeira obra econômica de fôlego - os 'Grundrisse' - divide-se em dois grandes blocos, o primeiro referente ao dinheiro e o segundo ao capital. No primeiro, Marx expõe detalhadamente a origem e a natureza do valor e do dinheiro, e a gênese deste no interior do processo progressivo de desenvolvimento das trocas a partir do escambo. O segundo, dedicado ao capital, inicia-se

com uma longa argumentação destinada a demonstrar que o capital e o dinheiro são categorias diferentes na realidade social, devendo consequentemente sê-lo também na teoria. A essência da exposição desenvolvida nos 'Grundrisse' reaparece no início do livro I de O Capital, de forma extremamente resumida. Nos capítulos 1 a 3 Marx resume o desenvolvimento da mercadoria, do valor e da forma-valor da mercadoria - o dinheiro -, e no capítulo 4 a transformação do dinheiro em capital e a diferença entre as duas categorias. Uma vez exposto resumidamente um tema que já havia esgotado - o do dinheiro e da transição para o capital - Marx dedica o restante da obra à análise da categoria que figura no título - o capital! O capital, não o dinheiro, é o objeto de Marx.

a) critérios de diferenciação entre conceitos econômicos

Dois princípios metodológicos de Marx devem ser mencionados. Em primeiro lugar, as categorias significativas da economia e da teoria devem refletir relações significativas entre os agentes econômicos, que são relações sociais de produção e de circulação⁸. Na sua teoria o dinheiro e o capital são categorias deste tipo, o que significa que expressam relações econômicas distintas entre os indivíduos em sociedade, os quais desempenham funções econômicas diferentes nos dois casos. Se ambas as categorias pudessem ser utilizadas alternativamente, seriam meros sinônimos designando a mesma relação econômica. De fato, segundo Marx o dinheiro e o capital refletem a relação monetária e a relação-capital, respectivamente, que apresentam naturezas distintas, não sendo possível, consequentemente, equiparar a economia monetária, apoiada na relação monetária, à economia capitalista, apoiada na relação-capital. Deste modo, dizer que uma economia é 'monetária' implica que a relação monetária é dominante, ao passo que se a designamos 'capitalista', é porque a relação dominante é a relação-capital.

Na teoria de Marx o dinheiro expressa as relações de compra e venda entre produtores de mercadorias, os quais desempenham alternadamente as funções de vendedores e compradores na circulação. Assim, o dinheiro é uma categoria da esfera da circulação, e nada diz, portanto, sobre a natureza da produção. Em contraste com o dinheiro, o capital, na sua forma mais desenvolvida de capital industrial, expressa a relação entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção. É nesta relação, situada especificamente

no âmbito da produção que, no capitalismo, se manifesta a contradição característica de toda economia mercantil, entre o valor e o valor de uso, que é um elemento constituinte da própria mercadoria. O significado desta distinção será apontado na seção seguinte.

O segundo princípio metodológico é a necessidade de definir com precisão o elemento decisivo que diferencia dois conceitos - a *differentia specifica*, segundo Marx -, abstraindo portanto todos os elementos não essenciais à diferenciação. Marx deu ênfase ao papel essencial do processo de abstração na elaboração teórica da ciência social, e à consequente necessidade de rigor na sua aplicação. Neste sentido Marx destacou expressamente que o dinheiro não pode ser tido como a *differentia specifica*, isto é, o elemento que caracteriza especificamente o capitalismo, pois existiu em vários modos de produção, diferentes uns dos outros e do capitalismo, sem ter dado origem à relação-capital. O dinheiro e a circulação monetária estiveram presentes nas civilizações grega e romana, nos sistemas fenício e cartaginês, assim como na sociedade feudal, sem que tais sociedades tenham evoluído para o capitalismo. O inverso também se observou, isto é, tendo surgido historicamente antes do capital, o dinheiro não requer a existência do capital como pressuposto, seja histórica seja teoricamente. Assim, embora a economia capitalista tenha no dinheiro e na circulação mercantil componentes essenciais, nem toda economia que possua circulação mercantil e dinheiro é capitalista. Consequentemente, o elemento 'monetário' não é a característica decisiva da definição do capitalismo. É significativo que a existência formal do próprio trabalho assalariado não pode ser tomada como caracterizadora do capitalismo, pois também existiu em diferentes formas de organização social, como adiante se indicará mais detalhadamente.

O fenômeno - e a correspondente categoria teórica - que caracteriza o capitalismo e o distingue dos outros modos de produção conhecidos é o capital. Entretanto, esta afirmação ainda é insuficiente para caracterizar o capitalismo, pois mesmo o capital, concebido na sua forma geral de valor que se valoriza, segundo as fórmulas $D-M-D'$ ou $D-D'$, correspondentes às formas primitivas dos capitais comercial e usurário, existiu em formações sociais anteriores ao capitalismo, sem ter dado origem à relação-capital. O conceito específico do capital, como categoria básica do capitalismo entendido como modo de produção

distinto, é o do valor que se valoriza segundo a fórmula $D-M...P...M'-D'$. A *differentia specifica*, que permite caracterizar com precisão o caráter capitalista da economia contemporânea, situa-se na fase P, ou seja, na esfera da produção, caracterizada, no capitalismo, especificamente pela separação entre os produtores diretos e a propriedade dos meios de produção⁹. Para assinalar esta distinção é que Marx denominou este capital com a expressão *capital industrial*¹⁰. Assim sendo, tanto o dinheiro quanto o trabalho assalariado e as formas de capital anteriores ao capitalismo integram a economia capitalista, mas sob formas transformadas pelo capital industrial, erigido em categoria dominante.

Segundo o exposto, portanto, o dinheiro não é idêntico ao capital, não deve sua existência ao capital e, uma vez existindo, não dá origem necessariamente ao capital. Consequentemente, nem toda economia com componente monetário é capitalista. Entretanto, toda economia capitalista tem no dinheiro um componente essencial. Neste sentido o dinheiro constitui um dos pressupostos históricos e teóricos do capital industrial, mas uma vez constituído este, o dinheiro está subsumido nele como uma das formas transitórias de existência que, ao lado das mercadorias, o capital industrial assume no seu movimento circulatório. Convém, portanto, deter-se na conceituação do dinheiro e do capital na teoria de Marx.

b) o dinheiro e o capital segundo Marx

Na teoria de Marx o valor é a relação ou conexão social que vincula os produtores de mercadorias uns aos outros, e expressa a equivalência das quantidades de trabalho social contidas nas mercadorias trocadas. Como o trabalho social, ou valor, em si não existe materialmente, mas apenas implícito nos produtos do trabalho¹¹, resulta que o valor apresenta-se, inicialmente, sob as várias formas das diferentes mercadorias. Na troca entre duas mercadorias, a quantidade de uma serve como expressão do valor da outra, isto é, o valor de uso de uma apresenta-se como uma *forma material* do valor da outra. Mas cada mercadoria é forma material *particular* do valor. Consequentemente, no sistema de troca direta o valor não existe sob uma forma padronizada, reconhecida por todos como sua forma geral. Esta é a função desempenhada pelo dinheiro, que surge posteriormente como uma mercadoria especial que se destaca das mercadorias comuns e passa a circular mediando as trocas entre estas. O fato de que todas as mercadorias necessitam

converter-se em dinheiro antes de serem trocadas por outras, implica que somente a mercadoria-dinheiro serve como expressão do valor de todas as demais. Portanto, o dinheiro é a *forma geral ou abstrata*¹² do valor, em contraste com as demais mercadorias como suas formas particulares ou específicas.

O fato de ser uma mercadoria - embora de tipo especial - explica porque o dinheiro é geralmente concebido como um objeto, quando na realidade constitui apenas a *forma material de existência* do vínculo social que articula produtores independentes uns aos outros. O capital também expressa uma relação social, mas não é um objeto simples, como o dinheiro, representado por D, mas um movimento continuamente repetido, representado por D-M...P...M'-D', isto é, valor em processo de valorização. A relação social específica que o capital expressa está contida em P, a relação de produção entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção, na qual se situa também a contradição básica deste modo de produção.

Convém deter-se nesta última questão, pois ela torna mais nítido o caráter teórico da distinção entre o dinheiro e o capital. Segundo Marx, as contradições próprias das economias mercantis têm sua base na contradição intrínseca à forma-mercadoria dos produtos do trabalho, isto é, a contradição entre o valor (forma social do trabalho) e o valor de uso (forma natural). A contradição mercantil expressa a dificuldade da conversão do trabalho privado, materializado no valor de uso, em trabalho social, materializado no valor. Assim, a sucessão de fases da economia mercantil pode ser acompanhada nas configurações sucessivas adotadas por esta contradição. Na troca direta, a coexistência ou soldagem do valor, em cada mercadoria, a um valor de uso particular, constitui um obstáculo às trocas, pois uma troca (isto é, a realização social recíproca dos trabalhos privados contidos em duas mercadorias) só pode ocorrer quando coincidir que o valor de uso específico de cada uma das mercadorias atenda à necessidade de consumo momentânea do produtor da outra. Esta contradição resolve-se com o surgimento do dinheiro e é projetada para fora da mercadoria, instalando-se na esfera da circulação, que então se constitui. Nesta, o mundo das mercadorias cinde-se em dois: de um lado o dinheiro, que concentra em si a qualidade de valor que todas as mercadorias possuem, mas que se destaca delas quando a esfera da circulação se consolida, ao passo

que o dinheiro parece perder a qualidade de valor de uso que, como toda mercadoria, possui; de outro lado ficam as mercadorias comuns, que se apresentam como puros valores de uso, como se fossem destituídas de valor. Assim, cria-se a 'aparência real' de que as mercadorias são meros valores de uso e o dinheiro é mera convenção. Nestas circunstâncias, a contradição expressa o fato de que o trabalho privado, contido na mercadoria, só recebe sanção social caso esta consiga converter-se em dinheiro, isto é, ser vendida, ou seja, só é sancionado - sem garantia prévia - pelo mercado. Esta é a contradição básica do 'sistema monetário', nome com o qual Marx também designava a economia mercantil simples.

Uma vez constituído o capital, esta contradição desaparece da esfera da circulação, pois o dinheiro e as mercadorias, que nela se movem, não mais se opõem, pois ambos representam o capital, como formas sucessivas do mesmo. Passa geralmente despercebido o fato de que as mercadorias, no capitalismo, recuperam a sua qualidade de representarem valor, distinguindo-se do dinheiro apenas pelo fato de que este constitui a forma geral do valor, enquanto as mercadorias são suas formas particulares¹³. Agora a contradição mercantil transfere-se para o âmbito da produção, na qual o valor é representado pelo capital na sua forma produtiva, isto é, o conjunto dos meios de produção, enquanto o valor de uso é representado pela força de trabalho, pois esta representa potencialmente todo o universo dos valores de uso, na medida que constitui o elemento produtor destes.

Neste caso a situação é mais complexa. No capitalismo, converter o trabalho privado, isto é, valor de uso, em trabalho social, ou valor, significa converter força de trabalho (e não simples mercadorias) em capital (e não simplesmente em dinheiro), o que significa converter força de trabalho em mais-valia. Portanto, ao retratar o ciclo do capital industrial como aquele que converte D em D', sendo $D' = D + d$, a essência deste ciclo consiste na conversão da força de trabalho (valor de uso geral em potencial) em 'd', isto é, acréscimo de D. Nisto consiste o postulado de que, no capitalismo, a lei do valor subordina-se à lei da valorização, o que revela outro aspecto da distinção essencial entre as economias 'monetária' (ou mercantil simples) e 'capitalista': a primeira é regida pela lei do valor, expressa no dinheiro, ao passo que a segunda é regida pela lei da valorização, expressa no capital.

Assim, enquanto o capital constitui uma categoria que engloba as esferas da produção e da circulação, a categoria dinheiro é própria apenas da esfera da circulação. Os fenômenos que se dão na esfera da circulação são indispensáveis à existência do capital mas não caracterizam especificamente o capital. Do ponto de vista do capital, a função fundamental da esfera da circulação é converter o valor, gerado na esfera da produção e que dela emerge sob formas particulares de valores de uso, na forma geral ou abstrata do valor, representada pela mercadoria-dinheiro. Mas o valor representado no dinheiro é um montante quantitativamente determinado e imutável por si mesmo, ao passo que o capital representa o valor em movimento contínuo de valorização. Este 'movimento' não é espacial, mas consiste na contínua mudança de forma do valor, isto é, da forma mercadoria à forma-dinheiro e vice-versa, na esfera visível da circulação. É essencial, porém, que as metamorfoses sucessivas sejam mediadas pela fase da produção, que é produção de valor, caso contrário não há valorização. O capital, portanto, além de englobar as esferas da produção e da circulação do valor, engloba as suas formas dinheiro e mercadoria, que são apenas formas distintas do valor. Assim, o dinheiro é nitidamente um elemento do capital, não podendo ser confundido com o capital nem erigido em categoria superior a este.

O procedimento de Keynes, de enfatizar o caráter monetário da economia atual, implica reduzir o capital ao dinheiro e eliminar a *differentia specifica* entre as economias 'capitalista' e 'monetária', equiparando-as e apagando portanto as diferenças existentes entre elas, que se situam precisamente nas características que convertem o valor, autonomizado no dinheiro, de simples dinheiro ou valor imobilizado, em capital ou valor em expansão. Marx apontou a distorção da realidade decorrente de tal procedimento. A circulação simples de mercadorias - ou 'sistema monetário' - caracteriza-se pela troca livre de equivalentes, isto é, espontânea e não coercitiva, entre possuidores de mercadorias que se confrontam como indivíduos livres e iguais. No capitalismo estas características parecem manter-se em sua plenitude, mas somente enquanto se observa os fenômenos da circulação isoladamente e no seu aspecto formal, pois na circulação continuam prevalecendo a independência, igualdade e liberdade dos agentes. Mas um exame mais aprofundado, que inclua a esfera da produção, revela que se trata, agora, apenas da aparência, evidenciada quando se identifica

o vínculo entre a circulação capitalista de mercadorias com a esfera da produção.

Omitindo-se a identificação das características que particularizam o capitalismo - omissão implícita na definição da 'economia monetária' -, as aparências são tomadas como expressão da realidade e a circulação capitalista não é distinguida da circulação simples. Consequentemente, na medida que a teoria keynesiana deixa de identificar as características que diferenciam o capital do dinheiro, ela apreende o capital monetário simplesmente como dinheiro, e associa ao capital a aparência de igualdade e liberdade que pertence à circulação monetária mas que na circulação capitalista se mantém apenas como aparência¹⁴.

Portanto, na teoria de Marx o dinheiro não explica a valorização do valor, que compete ao capital. O próprio Keynes o reconhece, implicitamente, ao apontar o absurdo de se guardar dinheiro, que não se valoriza enquanto guardado, devendo-se emprestá-lo para que se valorize. Mas Keynes não percebe que, ao ser colocado em circulação para gerar rendimento, o dinheiro deixa de ser dinheiro e se integra e submete a outro processo, o do capital.

A abordagem de Keynes

Ao contrário da teoria de Marx, a de Keynes parece não possuir um conceito de capital diferente do dinheiro, ou então possui dois diferentes conceitos de dinheiro, um do dinheiro como meio de circulação e de pagamento, tal como aparece no *Treatise on Money*, e outro como 'reserva de valor', tal como na *Teoria Geral*. Estas duas funções podem ser desempenhadas pelo mesmo objeto, mas isto não é indispensável, como se verá. No que se refere ao dinheiro propriamente dito, as definições de Marx e Keynes são antagônicas¹⁵. Enquanto Marx, como já exposto, o concebe como uma mercadoria especial que resulta naturalmente do desenvolvimento das trocas, para Keynes ele é uma criação arbitrária de uma autoridade, a comunidade ou o Estado¹⁶. Keynes faz distinção entre 'dinheiro de conta' (money of account), que constitui "o principal conceito de uma teoria do dinheiro", e o dinheiro propriamente dito (money proper). O dinheiro de conta ou padrão de preços é simplesmente "a descrição ou título", como libra esterlina, por exemplo, ao passo que o dinheiro propriamente dito "é a coisa que corresponde à descrição", isto é, a quantidade do padrão objetivo, que no caso da Inglaterra era o ouro, à qual corres-

ponde uma libra esterlina (Keynes, 1979a, p. 3, grifos no original).

Keynes confere importância decisiva à atribuição, ao Estado, do direito de determinar o que são o dinheiro de conta e o dinheiro. Segundo ele, o dinheiro de conta ou padrão de preços surge em primeiro lugar, como uma convenção elaborada espontaneamente pelos agentes das trocas¹⁷, mas o dinheiro na sua acepção moderna somente começa a surgir quando o Estado determina o padrão objetivo que lhe corresponde¹⁸. Também neste aspecto as interpretações de Marx e Keynes divergem, pois para Marx é o dinheiro propriamente dito que surge em primeiro lugar, cabendo ao Estado apenas definir a quantidade dele que constitui a unidade monetária. A configuração moderna mais comum do dinheiro é o 'dinheiro administrado' (managed money), que constitui uma forma de dinheiro baseada em um 'padrão objetivo', que modernamente é o ouro. Mas neste caso o ouro não é dinheiro como resultado espontâneo do desenvolvimento das trocas, mas pela escolha arbitrária do Estado¹⁹, que poderia, em princípio, escolher qualquer outro material como padrão objetivo, ou optar por um padrão monetário simbólico (fiat money). Deve-se notar, porém, que o conceito de dinheiro administrado já é a forma propriamente capitalista do dinheiro, correspondente a uma economia capitalista avançada, dispondo de um sistema bancário desenvolvido e dotado de um Banco Central. Nesta medida, o dinheiro administrado só pode ser comparado com o conceito de dinheiro de crédito, de Marx, discussão que escapa ao tema do presente artigo.

Já o conceito keynesiano do dinheiro como reserva de valor integral, por um lado, o conceito geral de 'ativos duráveis' adotado pelo próprio Keynes²⁰ e, por outro, tem certa semelhança com o conceito marxista de capital portador de juros. Quanto à primeira acepção, os ativos duráveis são bens econômicos cuja função estende-se por um período maior e consequentemente fornecem um fluxo de renda ao longo do tempo. O rendimento gerado por tais ativos deve-se apenas ao fato de serem escassos²¹. O dinheiro é um dos ativos duráveis, que produz um fluxo de rendimentos no tempo análogo ao dos demais ativos deste tipo²², diferenciando-se destes apenas pelo fato de ser dotado de certas propriedades especiais, descritas no cap. 17 TG. Delas resulta a particularidade, em confronto com os demais ativos duráveis, de que o rendimento proporcionado pelo dinheiro é mais

resistente à queda do que o daqueles, motivo pelo qual os agentes se refugiam no dinheiro quando os rendimentos dos demais ativos caem abaixo do rendimento deste, daí resultando a interrupção do investimento e o desemprego. Assim sendo, segundo Keynes, não podemos libertar-nos do dinheiro enquanto houver bens duráveis, pois qualquer deles pode desempenhar as funções do dinheiro, embora talvez não tão bem quanto o ouro ou a prata²³.

Por outro lado, o conceito de dinheiro como reserva de valor também se confunde com o conceito de capital portador de juros, ou capital de empréstimo, de Marx. Segundo Marx, o que se empresta não é dinheiro, que por si não se valoriza, mas capital, isto é, uma certa massa de valor capaz de valorizar-se, e que pode encontrar-se sob a forma geral de dinheiro ou sob a forma particular de mercadorias específicas, isto é, meios de produção, cujo valor neste caso é expresso em dinheiro na função de unidade de conta. Como formas do capital que são, tanto o capital monetário quanto o capital-mercadorias possuem a potencialidade de gerar mais-valia ou lucro a quem os toma emprestados, motivo pelo qual uma parte deste lucro é paga ao proprietário do capital na forma de juro. Assim, o conceito keynesiano de dinheiro, como reserva de valor, corresponde em parte ao conceito de capital monetário de Marx. O próprio Keynes, de certa maneira explicita isto ao equiparar o dinheiro, como reserva de valor, ao conceito de 'ativos duráveis', cada um dos quais auferir uma taxa de juros em termos de si mesmo. O 'prêmio de liquidez' é o juro que o dinheiro como 'reserva de valor', segundo Keynes, ou o 'capital portador de juros', segundo Marx, é capaz de proporcionar ao seu proprietário. Mas Keynes atribui o juro à escassez do dinheiro, enquanto Marx o atribui ao potencial produtivo implícito na relação-capital, que é sempre uma massa de valor expressa em dinheiro na função de unidade de conta.

Segundo o exposto, a função de reserva de valor não é, para Keynes, uma função propriamente do dinheiro, mas do ativo durável dotado da menor elasticidade de oferta. Acontece que o ouro, por ser o ativo que possui esta propriedade, é o mais indicado para cumprir duas funções simultaneamente: a de 'padrão de valor' ou unidade de conta, e a de reserva de valor²⁴. Parece haver, aqui, uma ruptura no conceito de dinheiro de Keynes. O dinheiro propriamente dito é uma convenção imposta pelo Estado, que determina simultaneamente a unidade monetária e o seu conteúdo em termos de um padrão objetivo escolhido

arbitrariamente. Mas esta escolha recai sobre o ativo durável de valor mais estável ou, o que é o mesmo, de menor elasticidade de oferta, que vem a ser o ouro. A função de reserva de valor, por outro lado, não é convencional, mas resulta das 'forças naturais' da economia, pois, como os capitalistas procuram manter a sua riqueza sob a forma mais rentável, a concorrência entre eles tende a nivelar todos os rendimentos ao do ativo durável de menor elasticidade de oferta. Por esta razão, a alteração do padrão monetário, pelo Estado, não resolve o problema do limite ao investimento, enquanto existirem ativos duráveis de diferentes elasticidades de oferta. Neste sentido, Keynes alerta para a ineficácia de uma transição para o papel-moeda inconversível:

"Se por *dinheiro* entendemos o padrão de valor, é claro que não é necessariamente a taxa de juros do dinheiro que causa o problema. Nós não poderíamos escapar das nossas dificuldades (como alguns supuzeram) simplesmente por decretar que trigo ou casas serão o padrão de valor ao invés de ouro ou libras esterlinas. Isto porque agora torna-se claro que as mesmas dificuldades emergirão se continuar a existir *qualquer* ativo cuja taxa própria de juros relute em declinar quando o produto cresce. *Pode ocorrer, por exemplo, que o ouro continue a desempenhar este papel em um país que tenha se transferido para um padrão de papel inconversível*" (Keynes, GT, p. 229, grifo da última frase acrescentado).

Isto significa que a simples emissão de papel-moeda inconversível não resolve o problema do desemprego, pois funciona apenas como padrão convencional de preços. A função de 'reserva de valor' é desempenhada pelo 'ativo durável' cujo rendimento seja mais inflexível à baixa. É óbvio que, para Keynes, o 'ativo durável' mais apropriado ao desempenho das funções de padrão de preços e de reserva de valor era o ouro, mas poderia ser outro qualquer.

É curioso que o próprio Keynes, poucas páginas adiante, parece recomendar o que acabara de descartar, isto é, a emissão de papel-moeda. Como o desemprego decorre do fato de "as pessoas quererem a lua", isto é, o dinheiro, algo que não pode ser livremente produzido, "não há outro remédio senão persuadir o público que queijo verde é praticamente a mesma coisa e manter uma fábrica de queijo verde (isto é, um banco central) sob controle público" (Ibidem, p. 235). Mas, segundo o próprio Keynes na citação anterior, os capitalistas se refugiarão no ouro quando

a taxa de juros do papel-moeda caísse abaixo da taxa própria do ouro.

Estas indicações parecem suficientes para ilustrar as distinções de fundo existentes entre os conceitos de dinheiro e de capital de Marx e Keynes. Ambos partem de pressupostos distintos e incompatíveis, e as diferenças acentuam-se à medida que o confronto se estende. Como exemplo marcante pode-se mencionar a causa do desemprego. Para Keynes ela reside precisamente na existência de ativos duráveis de oferta inelástica, portanto a causa é técnica e não social. Para Marx, ao contrário, o desemprego resulta da operação das leis intrínsecas da economia capitalista, constituindo um elemento essencial da regulação do nível salarial em função da maximização de lucros perseguida pelos capitalistas (OC, I, Cap. 23 - A lei geral da acumulação capitalista).

Keynes e a fórmula D-M-D'

Costuma-se apontar, como um dos fundamentos para associar Marx a Keynes na conceituação da economia capitalista, a utilização, por Keynes, das expressões D-M-D' (dinheiro-mercadoria-dinheiro), para caracterizar a sua noção de 'economia monetária', e M-D-M (mercadoria-dinheiro-mercadoria) para caracterizar o enfoque neoclássico (Keynes, 1933b, p. 81). Todavia, a leitura atenta dos textos de Keynes revela que este não captou o sentido dado por Marx a estas fórmulas, tendo-lhes adotado apenas a forma - que adaptou ao seu próprio enfoque -, mas não o conteúdo. Por outro lado, o conteúdo geralmente suposto, subjacente à equiparação conceitual de Marx e Keynes com base nestas fórmulas, não corresponde aos conceitos de economia capitalista e mercantil simples de Marx. Estes dois aspectos da questão serão examinados a seguir.

As fórmulas acima, que para Marx representam a circulação simples (M-D-M) e a circulação capitalista de mercadorias (D-M-D'), foram utilizadas por Keynes para caracterizar os seus próprios modelos de economia 'cooperativa' ou 'empresarial neutra' e economia 'empresarial' ou 'monetária', respectivamente²⁵ (Ibidem, p. 77-8). Deve-se assinalar, porém, que a analogia feita por Keynes, com as fórmulas da circulação de Marx é incorreta, uma vez que a fórmula M-D-M não pode ser equiparada à 'economia empresarial neutra' de Keynes, pois esta é definida como uma implausível economia capitalista em que o dinheiro só funciona como meio de circulação²⁶. Esta interpretação transparece no pressuposto sempre presente de

que, em todas estas economias, a produção implica a 'contratação de fatores', o que pressupõe o trabalho assalariado e o capital portador de juros. Em contraste com isto, na teoria de Marx a fórmula M-D-M corresponde à 'circulação simples de mercadorias', isto é, uma economia na qual a circulação de mercadorias é mediada pelo dinheiro, estando portanto plenamente constituída a esfera da circulação, mas na qual os agentes da troca são produtores individuais e independentes, não existindo ainda a distinção entre capitalistas e assalariados, e nem, consequentemente, o capital, e tampouco o lucro como objetivo da produção.

Por outro lado, não é correta a suposição geral, subjacente à equiparação das concepções de Marx e Keynes com base na fórmula D-M-D', de que esta represente, para Marx, a economia capitalista. D-M-D' representa efetivamente o modo como Keynes concebe a economia capitalista. É que esta fórmula, como se mostrará, tem um sentido definido em um momento da argumentação de Marx. Mas ele mesmo fez, em inúmeras passagens, a sua crítica, porque ela, como fórmula reduzida da circulação do capital, contém um "engodo, guarda um caráter ilusório" pois, ao concentrar-se na *forma-dinheiro do processo* e não na valorização do valor, restringe-se à esfera da circulação e supõe que o lucro decorre de que se venda M acima do seu valor. Desse modo, segundo as palavras do próprio Marx, "o assim chamado sistema monetário é mera expressão da *forma irracional D-M-D'*", que ademais é equivocadamente focalizada isoladamente e não como ciclo repetido (OC, II, p. 46-7, grifos acrescentados). Passa geralmente despercebido o fato de que a distinção, feita por Marx, entre as fórmulas M-D-M e D-M-D', é uma distinção entre fenômenos que ocorrem na esfera da circulação. Neste sentido, D-M-D' não é a fórmula do capital industrial, já apresentada acima, mas apenas a expressão dos movimentos realizados pelo capital industrial na esfera da circulação, que constituem apenas uma parte do seu movimento completo, isto é, a parte visível na circulação²⁷. Marx compara as duas fórmulas explicitamente para indicar a diferença essencial de forma entre a circulação do *dinheiro* e a circulação do *capital*, ou seja, a diferença entre as trajetórias destes *na circulação* (OC, I, p. 125). Assim, a fórmula D-M-D', adotada por Keynes para ilustrar a sua noção de 'economia monetária', não representa, para Marx, a economia 'capitalista'. Deve-se acrescentar que Marx refere-se explicitamente ao tipo de enfoque adotado por Keynes quando afirma que o

"chamado sistema monetário" toma como base precisamente uma forma irracional da economia capitalista, expressa em D-M-D'.

Cabe lembrar, ainda, que Marx partiu das contradições contidas nesta fórmula, como recurso expositivo na apresentação da natureza do capital industrial (DK, I, p. 127-37; OC, I, p. 131-8). É que, considerando que esta fórmula se decompõe em duas operações, uma de compra (D-M), e a outra de venda (M-D'), esta segunda contradiz o princípio de que os valores trocados devem ser equivalentes, pois $D' > M$, por definição. Assim, a aceitação desta fórmula como representativa do movimento do capital industrial implicaria em situar a origem do lucro na esfera da circulação, o que se choca com o princípio de que o valor é gerado pelo trabalho.

Para situar com maior precisão o sentido da noção de economia 'monetária' de Keynes, e o sentido, distinto do de Marx, no qual utilizou a fórmula D-M-D', é preciso ter em mente que Keynes estava desfechando uma crítica ao enfoque neoclássico, formulado em termos reais e não monetários, que não atribuía relevância às variações do nível de preços. Keynes procurou demonstrar que, ao contrário, tais variações apresentam implicações relevantes. Assim, o fenômeno que ele desejava enfatizar, ao utilizar a fórmula acima, não era o de que o valor obtido no final do processo era superior ao inicial (pois o lucro era obviamente reconhecido pela versão original da teoria neoclássica), mas o fato de que o que o capitalista tem em vista é obter um acréscimo de valor monetário e não de uma quantidade física, segundo o pressuposto neoclássico. Portanto, o que ele tinha em mente era provar que para o capitalista o que interessava era a diferença entre os valores nominais no fim e no início do processo de investimento²⁸. Deve-se lembrar que esta demonstração era necessária para justificar a introdução do fenômeno da elevação do nível de preços como meio usual da redução do salário real, em lugar da redução do salário nominal, pressuposta pela teoria neoclássica original, que foi o meio através do qual Keynes pretendeu demonstrar teoricamente a existência de desemprego involuntário, no capítulo 2 da TG.

Vercelli dá o merecido destaque a esta questão, afirmando que "Keynes conhecia muito bem o papel do dinheiro no processo de redistribuição da renda (...) e, igualmente, seu papel crucial de permitir a contínua mudança da estrutura de preços relativos

(...)”, ao que acrescenta uma citação significativa, retirada do *Treatise on money*: “O fato de que mudanças monetárias não afetam todos os preços de mesmo modo, no mesmo grau, ou ao mesmo tempo, é o que as torna significativas. São as divergências entre os movimentos de diferentes níveis de preços que são ao mesmo tempo o teste e a medida dos distúrbios sociais que estão ocorrendo” (Vercelli, 1985, p. 291).

Os sentidos diferentes atribuídos por Marx e Keynes à fórmula D-M-D', tornam mais nítidas as diferenças entre os seus sistemas teóricos. Enquanto Keynes procura ilustrar a relevância possuída pela expressão nominal dos valores na economia capitalista, para Marx a fórmula representa uma parte do movimento do capital. Marx não está focalizando os efeitos de variações de curto prazo nos preços nominais, mas procurando situar a origem da mais-valia. Isto é, sendo $D' > D$, o acréscimo de D não é um fenômeno monetário, mas representa a mais-valia, que é um fenômeno do capital. Assim, para Marx D e D' não são simples dinheiro, mas *capital monetário*, isto é, expressão em dinheiro de um valor que funciona como capital. Keynes, em contraposição, ao utilizar a fórmula, não pretende focalizar a origem do lucro, atribuído por ele à escassez relativa dos ativos duráveis.

A tentativa de associar Marx a Keynes no conceito de 'economia monetária' foi examinada, até aqui, como um processo de absorção do conceito de 'economia capitalista', de Marx, ao de 'economia monetária', independentemente de Marx ter utilizado literalmente esta última expressão. Mas a tentativa de associação dos dois autores foi levada ao extremo de procurar encontrar, nos textos de Marx, o uso da própria expressão 'economia monetária', e de lhe sugerir sentido idêntico ao de Keynes. De Brunhoff adota este procedimento, com o resultado, talvez não premeditado, mas que emana do conjunto da sua análise, de legitimar a aceitação do conceito keynesiano no sistema teórico marxista. Mas a autora lança mão de citações de Marx retiradas do contexto exato. Assim, cita a utilização da expressão 'economia monetária' ('*Geldwirtschaft*', em alemão), pelo próprio Marx, sem todavia deter-se em explicitar o sentido em que o autor a empregou e o que ela própria lhe atribuiu (De Brunhoff, 1978a, p. 16 e 76), transmitindo a impressão de que o sentido da expressão, em Marx, é idêntico ao que lhe atribui Keynes. Por ironia, em todas as passagens em que Marx a menciona, ele o faz apenas para criticar o seu conteúdo, que é uma concepção da economia

capitalista que considera errônea.

É significativo que De Brunhoff apenas tenha mencionado a passagem em que a crítica de Marx é menos contundente (OC, II, p. 85). A passagem que expressa com mais precisão a sua crítica ao conceito de 'economia monetária' encontra-se algumas páginas antes desta, na análise do ciclo do capital monetário (DK, II, p. 29-61; OC, II, p. 25-47). Deve-se notar que, neste caso, Marx utiliza a expressão quando focaliza especificamente o significado da compra de força de trabalho pelo capitalista, isto é, a operação D-FT. Marx refere-se ao fato de que a compra da força de trabalho por dinheiro era tida como o 'traço característico' da economia capitalista, mas por um falso motivo, isto é, devido ao fato de que “o trabalho é comprado com *dinheiro*, e isso vale como marca característica da *economia monetária*” (DK, II, p. 33; OC, II, p. 28, grifo acrescentado). O que Marx critica é o destaque dado ao fato de que o trabalho, ao invés de ser submetido pela força, como na escravidão ou no feudalismo, era trocado por dinheiro, isto é, comprado. Enquanto isto ignorava-se o verdadeiro sentido desta transação, isto é, o fato de que D-FT “é a condição essencial para que o valor adiantado em forma-dinheiro se transforme realmente em capital, em valor que produz mais-valia”. Isto significa que se dava destaque à forma, ignorando o conteúdo da transação. Assim sendo, “D-FT vale como o característico, como o traço distintivo da *assim chamada economia monetária*, porque o trabalho aparece aí como mercadoria de seu possuidor e o dinheiro como comprador - portanto, devido à relação monetária (isto é, compra e venda de atividade humana). Ora, já desde muito cedo o dinheiro aparece como comprador dos assim chamados serviços, sem que D se transforme em capital monetário ou que o caráter geral da Economia seja revolucionado”, e conclui assinalando que a 'economia monetária' coloca a ênfase, erradamente, no fato de a força de trabalho ser comprável, quando “o característico é que a força de trabalho apareça como mercadoria” (OC, II, p. 28, grifos acrescentados). Isto é, o fato de a força de trabalho existir como mercadoria parece 'natural', portanto dispensa explicação, que corresponde à postura da economia clássica de pressupor as condições da economia capitalista como aquelas que correspondem à essência da natureza humana²⁹.

Conclusões

Não há na teoria de Marx uma categoria equivalen-

te à de 'economia monetária', no sentido utilizado por Keynes, isto é, designando a economia capitalista. No caso de Marx, a noção de 'economia monetária' poderia ser associada apenas à economia baseada na circulação simples, à qual Marx também se referiu como 'sistema monetário', pois é nesta fase da economia mercantil que o dinheiro está presente como a forma mais desenvolvida do valor. No capitalismo o valor já evoluiu para a forma mais desenvolvida de capital, categoria dominante neste sistema e que engloba o dinheiro como momento subordinado. Conceber a economia capitalista como uma 'economia monetária' resulta de um procedimento teórico condenado por Marx, já identificado e criticado por ele na economia clássica, que consiste em abstrair precisamente a característica decisiva, a 'differentia specifica' que distingue duas realidades contrastantes, reduzindo-as desde modo a uma coisa só. No presente caso, o capital monetário (categoria do capitalismo) é identificado com o dinheiro (categoria da circulação simples), omitindo-se precisamente a característica decisiva que, no capitalismo, distingue o capital monetário do simples dinheiro. Não se trata apenas, portanto, de uma diferença terminológica. Assim sendo, atribuir a Marx a caracterização do capitalismo como uma 'economia monetária' é conceitualmente incorreto e além disto substitui o conceito adequado criado por ele, de 'economia capitalista', por um conceito indevidamente importado de outro paradigma teórico.

A suposição de que a expressão 'economia monetária' designe uma categoria teórica de significado idêntico nas teorias de Keynes e de Marx, constitui um duplo equívoco. O primeiro é um equívoco metodológico, porque dificilmente as categorias teóricas podem ser transferidas de um sistema a outro, devido aos pressupostos que os diferenciam, de modo que cada categoria não designa, simplesmente, um fenômeno empírico, mas contém a interpretação teórica do fenômeno segundo os critérios do sistema que integra. O segundo é um equívoco propriamente teórico, porque o fenômeno designado por esta expressão na teoria de Keynes, não possui um equivalente na teoria de Marx, pois Keynes, com esta expressão, concebe erradamente (tomando-se como referência o sistema de Marx) um fenômeno do capital como sendo um fenômeno meramente monetário, o que significa que se detém nos fenômenos do capital correspondentes à esfera da circulação, ignorando o fato de que a relação-capital é caracteris-

ticamente um fenômeno da esfera da produção.

Procurou-se demonstrar que os conceitos de Marx e Keynes sobre o dinheiro e o capital, sua origem, natureza e funções, são totalmente diferentes. No que diz respeito ao capital, Keynes não possui um conceito equivalente. Em relação ao dinheiro, as duas teorias diferem não só quanto ao papel do dinheiro no capitalismo, mas ainda quanto à sua origem e natureza, distinguindo-se nitidamente em relação aos pressupostos básicos sobre os quais se apóiam.

Bibliografia

- BURKETT, P. (1986). Dillard on Keynes and Marx: comment. *Journal of Post-Keynesian Economics*, v. 8, n. 4, pp. 623-31, Summer.
- CARABELLI, A.M. (1988). On Keynes's Method. London : The MacMillan Press Ltd.
- CARDIM DE CARVALHO, F.J. (1989). Fundamentos da escola pós-keynesiana: a teoria de uma economia monetária. In: AMADEO, E. (Org.). *Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico*. São Paulo, Marco Zero, pp.179-94.
- CARDIM DE CARVALHO, F.J.C. (1986). A teoria monetária de Marx. *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 4, out-dez, p. 5-21.
- DE BRUNHOFF, S. (1978a). A moeda em Marx. Rio de Janeiro : Paz e Terra.
- DE BRUNHOFF, S. (1978b). A Oferta de Moeda (crítica de um conceito). Lisboa : Editorial Estampa.
- DILLARD, D. (1984). Keynes and Marx: a centennial appraisal. *Journal of Post-Keynesian Economics*, v. 6, n. 3, p. 421-32.
- DILLARD, D. (1991). Keynes and Marx. In: CARVALE, G.A. (Ed.). *Marx and modern economic analysis*. Vol. II: The future of capitalism and the history of thought. London : Edward Elgar. pp. 208-18.
- FAN-HUNG (1972). Keynes, Marx e a teoria da acumulação do capital, moeda e juro. In: HOROWITZ, D. (Org.). *A economia moderna e o marxismo*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, p. 111-29.
- GERMER, C.M. (1996). Dinheiro, capital e dinheiro de crédito - o dinheiro segundo Marx. Inst. Econ./Unicamp, Campinas. Tese de Doutorado. Mimeo.
- KEYNES, J.M. (1933b). The distinction between a co-operative economy and an entrepreneur economy. In: The Collected Writings of John Maynard Keynes, v. 29. London : MacMillan / Cambridge Univ. Press. pp. 76-87.
- KEYNES, J.M. (1979). A Treatise on Money, in two volumes. 1. The Pure Theory of Money. London : MacMillan/Cambridge University Press. (The collected writings of John Maynard Keynes, Vol. v).
- KEYNES, J.M. (1980). The General Theory of Employment Interest and Money. London : The MacMillan Press. (The collected writings of John Maynard Keynes, Vol. vii).
- KLASBRUNN, V.H. (1992). Considerações sobre a

- categoria dinheiro de crédito. *Ensaio FEE*, (13)2:592-615.
- MARX, K. (1974b). Para a crítica da economia política. In: MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção J.A. Giannotti. São Paulo : Abril Cultural. P. 107-263.
- MARX, K. (1976b). *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. V. 1. Berlin : Dietz Verlag. MEGA, II/1.1.
- MARX, K. (1976-81). *Das Kapital; Kritik der politischen Ökonomie*, 3 v. Frankfurt/M : Ullstein Materialien.
- MARX, K. (1977a). Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Borrador) 1857-1858. v. 1, 9a. ed. México, Siglo xxi Argentina Editores. 500 p. 1a. ed. 1971. Tradução de Pedro Scaron. (Original em alemão "Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie (rohentwurf) 1857-1858", Dietz Verlag, Berlin, 1953).
- MARX, K. (1980a). *Zur Kritik der Politischen Ökonomie*. Berlin : Dietz Verlag. MEGA, II/2.
- MARX, K. (1983-1985). *O Capital; crítica da economia política*. 3 v., 5 t. São Paulo : Abril Cultural.
- MARX, K. (MEGA) (1976-81). *Ökonomische Manuskripte 1857/58. (Grundrisse)*, 2 v. Berlin : Dietz Verlag. Karl Marx Friedrich Engels Gesamtausgabe (MEGA).
- MINSKY, H.P. (1975). *John Maynard Keynes*. New York : Columbia Univ. Press.
- MOORE, B.J. (1991). Marx, Keynes, Kalecki and Kaldor on the rate of interest as a monetary phenomenon. In: NELL, E.J. and SEMMLER, W. (Eds.). *Nicholas Kaldor and mainstream economics; confrontation or convergence?* London : Macmillan. pp. 225-42.
- ROTHEIM, R.J. (1991). Marx, Keynes, and the theory of a monetary economy. In: CARVALE, G.A. (Ed.). *Marx and modern economic analysis*. Vol. II: The future of capitalism and the history of thought. London, Edward Elgar. pp. 240-63.
- SARDONI, C. (1991). Marx and Keynes: the critique of Say's Law. In: CARVALE, G.A. (Ed.). *Marx and modern economic analysis*. Vol. II: The future of capitalism and the history of thought. London : Edward Elgar. pp. 219-39.
- SWEETZ, P.M. (1968). John Maynard Keynes (1946) / O primeiro quartel de século (1963). In: LEKACHMAN, R. (Coord.). *Teoria Geral de Keynes; Trinta Anos de Debates*. São Paulo : IBRASA, p. 301-17.
- VERCELLI, A. (1985). Keynes, Schumpeter, Marx and the structural instability of capitalism. In: DELEPLACE, G. et MAURISSON, P. (Orgs.). *L'hétérodoxie dans la pensée économique; Marx, Keynes, Schumpeter*. Paris : Éditions Anthropos. pp. 279-304.
- Notas**
- ¹ Minsky assinala que, desde a publicação da GT, "desenvolveu-se um processo de diminuição e de descrédito da importância da sua contribuição, processo ao qual contribuíram tanto os partidários aparentes das novas doutrinas (...) quanto seus inimigos declarados (...)" (Minsky, 1987, p. 15). "As idéias de Keynes foram assimiladas com relativa rapidez no interior da nova ortodoxia representada pela assim chamada síntese neoclássica" (Carabelli, p. 1).
- ² Rotheim percebe a existência da distorção mencionada, mas apenas quando se refere aos críticos de Marx e Keynes, que, "adotando uma crítica de base não-monetária, deixam completamente de perceber a mudança de paradigma que cada qual está realizando, não por ignorância, nem teimosia, mas porque o seu treinamento é tal que as questões fundamentais propostas por Marx e Keynes estão tão completamente fora da sua formação intelectual, (...) que eles são incapazes de visualizar a natureza do paradigma que está sendo proposto" (Ibidem, p. 261). O que Rotheim não percebe é que ele mesmo comete este tipo de distorção na sua leitura keynesiana de Marx.
- ³ O artigo de Dillard, de 1991, aqui citado, repete literalmente os argumentos fundamentais expostos em Dillard, 1984.
- ⁴ Nesta passagem Keynes afirma concordar que 'tudo é produzido pelo trabalho', mas refere-se à produção do ponto de vista técnico e não do valor. No mesmo parágrafo ele afirma, com todas as letras, que a *única* causa dos rendimentos de qualquer ativo é a sua escassez! (GT, p. 213).
- ⁵ O uso do termo "moeda" ao invés de "dinheiro" na tradução brasileira do livro de De Brunhoff é inteiramente equivocado, conforme já foi observado por Klagsbrunn (1992, p. 598), pois na teoria de Marx possuem significados distintos. A própria utilização do termo 'monnaie', no título do original em francês, apesar de correta, exigiria um esclarecimento introdutório, que não foi feito. Para esclarecimento mais completo, ver Germer (1995, p. 27).
- ⁶ Por exemplo p. 14, 16, 20, 49, 74.
- ⁷ Uma tentativa de reconstituição desta parte da teoria de Marx, que revela ao mesmo tempo a sua abrangência e profundidade, pode ser encontrada em Germer (1995).
- ⁸ A economia, no sistema teórico de Marx, pretende-se uma ciência social porque os seus conceitos procuram expressar relações sociais, isto é, relações estabelecidas entre os indivíduos na produção da sua vida material em sociedade.
- ⁹ Marx ressalta que a 'economia burguesa' reduz as categorias da economia capitalista à simples categoria do valor de troca e assim elimina tudo que diferencia uma categoria da outra e a própria economia capitalista da economia mercantil simples, e justifica: "na medida que abstraio aquilo que distingue um concreto do seu abstrato, o concreto fica reduzido naturalmente ao abstrato e não se diferencia dele. Deste modo todas as categorias econômicas são apenas outros e outros nomes da mesma relação, e esta grosseira incapacidade de apreender as distinções reais é tida como o mais puro senso comum" (Marx, 1976b, p. 172; 1977a, p. 188). No presente caso, se se abstrai do dinheiro as determinações que possui como capital monetário, este reduz-se a simples dinheiro e a circulação de mercadorias reduz-se à circulação simples, e consequentemente a econo-

mica capitalista reduz-se a uma 'economia monetária'.

¹⁰ "As duas formas que o valor-capital adota dentro de suas fases de circulação são as de *capital monetário* e *capital-mercadoria*; sua forma correspondente à fase de produção é a de *capital produtivo*. O capital que no transcurso de seu ciclo global adota e volta a abandonar essas formas, e em cada uma cumpre a função que lhe corresponde, é o *capital industrial* ..." (OC, II, p. 41; DK, II, p. 51-2).

¹¹ O trabalho é sempre uma atividade em processo de realização. Não é portanto um objeto. Concluído determinado processo de trabalho, só resta dele o produto resultante da sua realização. Assim, inicialmente é na variedade dos produtos do trabalho que se materializa a variedade dos trabalhos.

¹² A expressão 'forma abstrata' não designa, na teoria de Marx, qualquer característica de imaterialidade do dinheiro, como frequentemente se sugere. O dinheiro, na teoria de Marx, é uma mercadoria especial. O termo 'abstrata' refere-se ao fato de que na mercadoria-dinheiro estão *abstraídos* quaisquer valores de uso particulares, pois o valor de uso da mercadoria-dinheiro consiste exclusivamente em representar o valor. Marx é explícito e coerente a este respeito em toda a sua obra: "Em contraste com as mercadorias, que apenas simbolizam a existência independente do valor, do trabalho social geral, da riqueza abstrata, o ouro é o *modo de ser material da riqueza abstrata*" (Marx, 1974b, p. 214; 1980a, p. 188, grifos no original).

¹³ Isto está implícito na fórmula D-M ... M'-D', pois a reconstituição do valor de D, em D', com acréscimo, pressupõe que o ato D-M é apenas a conversão de um valor, representado pela forma D, na forma diferente M, sem que o valor original se extinga, como ocorre na circulação simples.

¹⁴ "... nas relações monetárias, concebidas na sua forma simples, todas as contradições imanentes da sociedade burguesa parecem apagadas, e por este ângulo refugia-se nelas a democracia burguesa, ainda mais do que os economistas burgueses (os quais são pelo menos suficientemente consequentes para recuar para definições ainda mais elementares do valor de troca e da troca), para fazer a apologia das relações econômicas vigentes", pois na circulação simples não transparece nenhuma diferença entre os agentes das trocas, uma vez que "como sujeitos da troca a relação entre eles é de *igualdade*" (Marx, 1977a, p. 177-8, confrontado com 1976b, p. 162-5).

¹⁵ Deve-se notar que Keynes dedicou ínfimo espaço à análise da origem, gênese e natureza do dinheiro, em comparação com Marx. No *Treatise on Money* isto está contemplado no primeiro capítulo, em menos de 20 páginas.

¹⁶ "... é o Estado ou a comunidade que não apenas impõe a entrega, mas que também decide o que deve ser entregue, segundo a lei ou o costume, como pagamento de um contrato concluído em termos do dinheiro de

conta. (...) É quando se atinge este estágio da evolução do dinheiro que o cartalismo de Knapp - a doutrina de que o dinheiro é caracteristicamente uma criação do Estado - está completamente realizada" (Keynes, 1979a, p. 4).

¹⁷ Parece que, para Keynes, na realidade e na teoria o 'dinheiro de conta' antecede e explica a existência do dinheiro propriamente dito. Eis como Keynes se expressa: "o dinheiro propriamente dito (...) deriva seu caráter da sua relação ao dinheiro de conta ...", e conclui que "o dinheiro propriamente dito [money proper - CMG] no pleno sentido do termo, só pode existir em relação a um dinheiro de conta" (ibidem, p. 3).

¹⁸ "Assim, a era do dinheiro seguiu-se à era do escambo assim que os homens adotaram um dinheiro de conta. E a era do dinheiro cartalista ou dinheiro estatal foi atingida quando o Estado exigiu o direito de declarar qual coisa deveria responder como dinheiro ao dinheiro de conta" (ibidem, p. 4).

¹⁹ A determinação do padrão de preços ou unidade monetária também é, para Marx, uma decisão arbitrária do Estado. Mas a sua concepção difere da de Keynes na medida que o Estado não cria o dinheiro, apenas determina o peso da mercadoria-dinheiro (geralmente o ouro), emergida espontaneamente do processo das trocas, que constituirá a unidade monetária.

²⁰ A concepção do dinheiro como um ativo entre os demais, está exposta nos caps. 16, 17 e 21 da *Teoria Geral*.

²¹ "A única razão pela qual um ativo oferece uma perspectiva de gerar, durante sua vida, endimentos com valor agregado maior do que o seu preço de oferta inicial é por ser *escasso*; e ele é escasso devido à concorrência da taxa de juros do dinheiro. Se o capital se tornar menos escasso, a renda excedente diminuirá ..." (GT, p. 213).

²² Segundo Keynes, "... a taxa de juros do dinheiro ['money-rate of interest' - CMG] não apresenta qualquer especificidade comparada com outras taxas de juros, mas está exatamente no mesmo pé" (GT, cap. 17, I).

²³ "Não podemos livrar-nos do dinheiro mesmo abolindo o ouro e a prata e instrumentos legais de pagamento. Enquanto existir qualquer ativo durável, ele é capaz de possuir atributos monetários e, conseqüentemente, de dar origem aos problemas característicos de uma economia monetária" Keynes, GT, p. 294).

²⁴ "É interessante notar que a característica que tradicionalmente se supôs que tornava o ouro especialmente apto à utilização como padrão de valor, isto é, a sua inelasticidade de oferta, resulta ser precisamente a característica que está na base da dificuldade" (Keynes, GT, p. 235-6).

²⁵ O texto de Keynes não é claro, pois inicialmente menciona três tipos de economias: a 'cooperativa', que parece corresponder ao escambo, a 'empresarial neutra' ou simplesmente 'neutra', e a 'empresarial' ou 'monetária'. Mas nos comentários subseqüentes ele utiliza as duas primeiras designações como sinônimos, aparentemente com base no fato, indicado por ele, de que a

mediação do dinheiro em nada altera a natureza das trocas, tal como concebida pelos 'clássicos'. Se não fosse assim, Keynes não poderia equiparar, como faz, a sua economia 'cooperativa' com a fórmula M-D-M.

²⁶ O erro cometido por Keynes na interpretação da fórmula M-D-M evidencia-se no fato de que ele a transcreveu erradamente como M-D-M', isto é, supondo $M' > M$. Portanto, parece que Keynes entendeu esta fórmula como representativa não de uma economia mercantil simples, mas da noção 'clássica' segundo a qual o objetivo dos capitalistas seria obter um excedente em termos reais e não monetários.

²⁷ "De fato, portanto, D-M-D' é a fórmula geral do capital, como ele aparece diretamente na esfera da circulação" (DK, I, p. 127; OC, I p. 131, grifos acrescentados).

²⁸ "É muito preferível dizer que o capital tem, no curso da sua vida, um rendimento que excede o seu custo original, do que dizer que é *produtivo*" (GT, p. 213, grifo no original).

²⁹ Marx ilustra a sua crítica tomando como exemplo o sistema escravista, no qual o escravo é comprado e vendido. Neste caso o enfoque 'monetário' consiste em enfatizar o uso do dinheiro para comprar o escravo, quando o significativo é que a pessoa do trabalhador ser objeto de compra e venda. O que Marx quer dizer é que não é o fato de existir o dinheiro que torna o trabalhador escravo, mas o fato de o trabalhador ser propriedade de outrem é que torna possível que ele seja comprado e vendido por dinheiro, como um objeto. O mesmo se aplica, no capitalismo, à compra e venda da força de trabalho.